Universidades Lusíada

Fernandes, Ernesto

Elementos para uma cronologia do serviço social em Portugal

http://hdl.handle.net/11067/3493

Metadados

Data de Publicação	1985
Palavras Chave	Serviço social - Portugal - História - Cronologia
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 02-03 (1985)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-06T02:06:51Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

ELEMENTOS PARA UMA CRONOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Ernesto Fernandes *

1935 — Criação do Instituto de Serviço Social, em Lisboa, estabelecimento de ensino particular e feminino, por iniciativa do Patriarcado, tendo por suporte jurídico a Associação de Serviço Social, instituição com fins de cultura e formação social. O Instituto vai funcionar sob a direcção da Condessa de Rilvas (Abril de 1935 a Fevereiro de 1940 e Agosto de 1942 a Setembro de 1944) e da Condessa de Almoster (Março de 1940 a Julho de 1942), tendo como director técnico a Assistente Social francesa Marie Thérèse Lévêque (Abril de 1935 a Outubro de 1944).

1937 — Criação da Escola Normal Social, em Coimbra, pela Junta da Província da Beira Litoral, iniciativa do Professor Bissaia Barreto, sendo a direcção confiada a religiosas.

1939 — Pelo Decreto-Lei n.º 30 135 de 14 de Dezembro, do Ministério da Educação Nacional, são estabelecidas as disposições para o funcionamento dos Institutos destinados à formação de Assistentes de Serviço Social e reconhecidas as escolas já existentes (o Decreto-Lei n.º 36 914 de 14 de Junho de 1948 altera o disposto no art.º 6.º e no parágrafo único do art.º 7.º do referido diploma).

1945 — Em Outubro, assume a direcção do Instituto a Dr.ª Custódia Alves do Vale até Outubro de 1948, tendo até 1950, dada a sua ausência do país, sido substituída interinamente pela Assistente Social Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra.

1946 — Pelo Decreto-Lei n.º 35 457 de 19 de Janeiro, da Presidência do Conselho e Ministério da Educação Nacional, é criado um curso de especialização técnica para a formação de Assistentes de Serviço Social Corporativo, no Instituto de Serviço Social de Lisboa.

---

* Assistente Social e Professor do ISSS.

1950 — Em Julho, é criado o Sindicato Nacional das Profissionais de Serviço Social que agrupa assistentes sociais, assistentes familiares, auxiliares sociais, monitoras familiares, enfermeiras puericultoras, visitadoras da infância, visitadoras escolares e visitadoras sanitárias.

Em Dezembro, a direcção efectiva do Instituto fica a cargo da Assistente Social M. Carlota Lobato Guerra, até Setembro de 1963.

1956 — Pelo Decreto-Lei n.º 40 678 de 10 de Julho, do Ministério da Educação Nacional, são considerados dois tipos de trabalhadoras sociais (monitoras e assistentes familiares e assistentes sociais) e introduzidas modificações no Plano de Estudos. O Decreto-Lei n.º 44 405 de 19 de Junho de 1958, no seu art.º único, alarga o acesso às auxiliares sociais com o 2.º ciclo liceal, que passa a ser a alínea c) do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 40 678.

É criado o Instituto de Serviço Social, no Porto, pela Associação de Cultura e Serviço Social, iniciativa de D. António Ferreira Gomes.

Pelas Portarias n.º 15 972 e n.º 15 973 de 18 de Setembro, do Ministério da Educação Nacional, são respectivamente aprovados os Planos e Programas dos Cursos de Serviço Social, geral e normal de Educação Familiar, e equiparados os cursos ministrados em Lisboa e Coimbra.

Publicação de «Cadernos de Serviço Social — Boletim Trimestral das Trabalhadoras Sociais Portuguesas», edição e propriedade do Sindicato.

1960 — Por Despacho do Ministro da Educação Nacional, de 23 de Fevereiro, sob parecer do Conselho Permanente de Acção Educativa, dado em 12 de Janeiro de 1960, o Curso Normal de Educação Familiar foi considerado curso superior.

Comemoração do XXV Aniversário do Instituto de Serviço Social de Lisboa, a cuja sessão de encerramento, em 9 de Julho, preside o Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa.

A pedido do Ministro da Saúde e Assistência, no contexto da Semana de Estudos para Diplomados, realizada no Instituto de Serviço Social de Lisboa, é criada uma Comissão para o Estudo Preparatório de uma Lei sobre o Serviço Social, desdobrada em quatro sub-comissões: «Inquéritos e entrevistas» (M. Susana Gaspar d'Almeida, Isabel Maria Athayde, Irene do Carmo Aleixo Rosa), «Fundamentos teóricos» (M. Margarida Abreu, Isabel Maria Athayde, M. Carlota Lobato Guerra), «Campos de trabalho em Serviço Social» (M. Susana Gaspar d'Almeida, Maria Raquel Ribeiro, Felicidade Marques, M. Graciete Barroso) e «Deontologia» (M. José Lencastre Viana, M. Carlota Lobato Guerra).

1961 — Por Despacho do Ministro da Educação Nacional, de 20 de Outubro, sob parecer do Conselho Permanente de Acção Educativa, dado em 3 de Outubro de 1961, o Curso de Serviço Social foi considerado curso superior.

1962 — Pelo Decreto-Lei n.º 44 159 de 18 de Janeiro é permitida a criação, dentro dos quadros do ensino oficial ou particular, nas províncias ultramarinas, de Institutos de Educação e Serviço Social.

Pela Portaria n.º 19 091 de 28 de Março são aprovados os programas dos cursos de Serviço Social, Educadores Sociais, Educadores de Infância e Monitores de Infância previstos no Decreto-Lei n.º 44 159.

1963 — Pela Portaria n.º 13 766 de 18 de Março, do Ministério do Ultramar, é criado na Junta de Investigação do Ultramar para funcionar junto do ISCSPU o Centro de Estudos e Desenvolvimento Comunitário. A Portaria n.º 20 528 de 22 de

Abril de 1964 altera a designação para Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário.

O Padre José Honorato Gomes Rosa, professor do Instituto, é nomeado, em Outubro, director.

1964 — Por Despacho do Ministro da Educação Nacional, de 17 de Dezembro, é autorizada a admissão de alunos do sexo masculino.

1966 — O Instituto de Lisboa é admitido, em 6 de Maio, como membro da Comissão Portuguesa da Conferência Internacional de Serviço Social (CPCISS).

Publicação da Revista «Informação Social», edição e propriedade da Direcção Geral da Assistência, instrumento que vai permitir a divulgação de estudos e trabalhos na área do Serviço Social.

1967 — Por Despacho do Ministro da Educação Nacional, de 8 de Julho, são fixados os Planos de Estudos do Curso de Serviço Social e do Curso Complementar de Serviço Social, professados no Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário do ISCSPU.

1968 — À morte inesperada do Senhor Padre Honorato, em 28 de Fevereiro, o Instituto é dirigido até Julho pela Assistente Social Maria Leonor Corrêa Botelho.

Em Julho, é nomeado director o Dr. Carlos Augusto Fernandes de Almeida, que exerce as funções até Novembro de 1973.

1969 — Em Fevereiro, publicação do «Boletim do Instituto de Serviço Social», n.º 1, edição e propriedade do ISSL.

Por Despacho do Ministro da Educação Nacional de 12 de Junho, o Instituto de Lisboa passa a designar-se por Instituto Superior de Serviço Social.

1973 — Em Junho, o ISSS é admitido como membro da Internacional Association of Schools of Social Work, após diligências que vinham sendo desenvolvidas pela Direcção do Instituto desde 1966.

Em Dezembro, é nomeado director do ISSS o Dr. Mário Ferreira Lages, que integra, a partir de Abril de 1974, o Conselho de Gestão, na sequência das decisões tomadas pelo Conselho Escolar do Instituto.

1974 — Em Março, Seminário sobre «Reconceptualização do Serviço Social na América Latina», orientado pelo Prof. Herman C. Kruze, com a presença de 67 participantes, realizado na Casa do Bom Pastor — Buraca, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social.

Em 2 de Maio, o Conselho Escolar (constituído paritariamente por professores e estudantes e um representante dos funcionários desde Julho de 1973) em «Comunicado do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa» torna públicas as seguintes resoluções: «Saudar o Movimento das Forças Armadas...; Congratular-se com as medidas políticas já tomadas pela Junta de Salvação Nacional...; Repudiar qualquer forma de vinculação ideológica à Associação de Serviço Social...; Denunciar a situação opressiva criada até aqui ao Instituto...; Exigir a integração deste Instituto nas estruturas universitárias oficiais...».

Em Agosto, o Instituto, na sequência dos esforços que vinha desenvolvendo pela oficialização desde 1964, apresenta ao Ministro da Educação o documento: «Projecto de Reestruturação do Instituto Superior de Serviço Social».

1975 — Pelo Despacho 4/75 de 22 de Janeiro, do Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, os estudantes dos Institutos de Serviço Social passam a beneficiar de todas as regalias sociais devidas aos estudantes do ensino superior oficial.

Pelo Despacho 25/75 de 12 de Fevereiro, do Ministério da Educação, é constituída uma Comissão de Estudos formada por membros das Escolas, do Sindicato dos Trabalhadores Sociais e do Ministério tendo em vista o propósito da integração dos Institutos na orgânica do ensino superior oficial.

Em Maio, face ao estado do processo de integração das Escolas nas estruturas oficiais do ensino superior, os Institutos apresentam os seguintes documentos: «Tomada de Posição dos Institutos Superiores de Serviço Social em Resposta ao Ministério da Educação e Cultura» e «As Necessidades Presentes do Processo de Transformação em Curso na Sociedade Portuguesa e a Formação em Serviço Social».

1976 — Em Janeiro, os Institutos, «mau grado a lentidão e as hesitações dos sucessivos governos», apresentam um novo documento: «Proposta de Integração no Ensino Superior Oficial dos Institutos Superiores de Serviço Social de Coimbra, Lisboa e Porto».

Por Despacho de 17 de Março, do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, é atribuída aos Institutos, por conta do cap. 5.º, art.º 92.º, n.º 1 do Orçamento Geral de Estado uma verba no total de 15 710 324$00, que permitiu pela primeira vez cobrir a totalidade das despesas de funcionamento das escolas, em condições de propinas idênticas e vencimentos semelhantes ao praticado no ensino superior oficial.

Pelo Despacho 74/76 de 14 de Julho, da Secretaria de Estado do Ensino Superior (in Diário da República, II Série, n.º 174 de 27 de Julho de 1976) é determinado o funcionamento nas Universidades do Porto, Coimbra e Técnica de Lisboa, na dependência directa da respectiva Reitoria, de cursos de bacharelato em Intervenção Social que sucedem aos cursos dos Institutos Superiores de Serviço Social.

Por Despacho de 19 de Julho do Secretário de Estado do Ensino Superior é homologado o Plano de Estudos do Bacharelato em Intervenção Social.

Por Despacho de 29 de Outubro do Secretário de Estado do Ensino Superior, dada a suspensão do Despacho 74/76 por efeitos da Portaria n.º 616/76 de 15 de Outubro do Ministro da Educação, os Institutos de Serviço Social passam a funcionar como estabelecimentos particulares «até ulterior decisão sobre o assunto».

1978 — Em Janeiro, é juridicamente constituída a Associação de Profissionais de Serviço Social, que em 1977 e na qualidade de pró-associação, havia lançado uma revista trimestral sob a designação de «Cadernos».

1979 — Em Maio e Julho realização de Dias de Estudo I e II «Portugal hoje, que Serviço Social?», iniciativa da Cáritas Portuguesa, cujos resultados foram divulgados em texto sob a mesma designação.

Pelo Despacho 7/79 de 27 de Agosto, do Secretário de Estado do Ensino Superior, é criado um Grupo de Trabalho Encarregado da Reorganização dos Planos de Estudo dos Cursos de Ciências Sociais, incluindo a criação da licenciatu-

ra em Serviço Social no quadro da referida reorganização. Do citado Grupo fazia parte, a título individual, um docente de Serviço Social do ISSS.

Na sequência dos estudos efectuados, o Decreto 128-A/79 de 23 de Novembro, do Ministério da Educação, consagra no respectivo preâmbulo a formação em Serviço Social na área das ciências sociais e estabelece no seu art.º 2.º: «Mediante portaria do Ministro da Educação serão regulamentadas a organização curricular e as condições de funcionamento do curso ora criado (licenciatura em comunicação social na FCSH/UN) e de outros cursos existentes no país no domínio das ciências sociais».

1980 — Pelo Decreto 29/80 de 17 de Maio, do Ministério da Educação e Ciência, é criada a licenciatura em Serviço Social no ISCSP. A Portaria 330/80 de 12 de Junho vai regulamentar o referido curso, designado posteriormente de Política Social.

1981 — Não se tendo verificado em 1979 a criação do Curso de Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é criado, por iniciativa da Comissão Instaladora da mesma Faculdade, um Grupo de Trabalho — o ISSS está representado paritariamente — para estudo das questões curriculares e institucionais da criação da licenciatura em Serviço Social, cujo Relatório fora presente em Julho de 1981.

1982 — Em Julho, por sugestão do Secretário de Estado do Ensino Superior, considerando que o ISCTE aguardava solução para o seu problema institucional, o ISSS encetou o diálogo com esta escola, tendo em Outubro, por decisão conjunta dos Conselhos Directivos e Científico, sido nomeado um professor como representante do ISCTE para os contactos necessários entre as duas escolas. Neste contexto, uma comissão nomeada pelo Conselho Científico do ISCTE que integrava o referido representante apresentou, em Novembro de 1983, um primeiro projecto para a criação de duas novas licenciaturas, uma de Intervenção Social e outra de Administração Social.

Criação do Núcleo de Formação Permanente do ISSS retomando a experiência anterior da escola neste domínio, e do Gabinete de Estudos, numa perspectiva de investigação concreta e articulada com a prática pedagógica do Instituto, nomeadamente no campo dos estágios.

1983 — Constituição em Julho, por decisão do Conselho Directivo do ISSS, de uma Comissão de Revisão do Plano de Estudos, cujo projecto, concluído em 1984, consagra entre outras alterações a passagem do curso para cinco anos.

1984 — Por decisão do Secretário de Estado do Ensino Superior (Despacho n.º 36/SEES/84, de 30 de Março), é criada «uma comissão para fazer o levantamento e proceder ao estudo das condições de funcionamento dos Institutos Superiores de Serviço Social nos domínios científico, pedagógico, administrativo e financeiro», que não chegou a elaborar o referido estudo.

Nomeação, pelo Conselho Directivo, do director e constituição dos orgãos da Revista do ISSS «Intervenção Social», cujo primeiro número viria a ser publicado em Junho de 1985.

1985 — Em Julho, por decisão da Assembleia Geral de Escola do ISSS e por força do Decreto-Lei n.º 100-B/85 de 8 de Abril do Ministério da Educação, é

escolhida a forma de cooperativa para dar resolução ao problema institucional da Escola.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por proposta do Conselho Directivo do ISSS, manifesta a sua disponibilidade para um acordo de cooperação que contempla um programa de formação pós-graduada em Serviço Social (mestrado e doutoramento).

Na perspectiva do reconhecimento do Curso de Serviço Social como licenciatura o Instituto de Lisboa adopta novo Plano de Estudos, cuja implementação se processa a partir do 1.º Ano de 1985/86.

Em Setembro, a Associação de Profissionais de Serviço Social é admitida como tal adopta o Código Deontológico de Assistentes Sociais, aprovado na Conferência Mundial da FIAS, realizada em 10 de Julho de 1976 em Porto Rico.